

Ata da 29ª Reunião do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás.

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, realizou-se a vigésima nona reunião oficial do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) o encontro ocorreu de forma remota por meio do aplicativo *Zoom*. A reunião foi promovida pelo dirigente do Fórum e presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado Virmondes Cruvinel, com a participação e coordenação de pauta da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD). O deputado Virmondes iniciou agradecendo ao Diretor Regional de Goiás e ao Presidente Nacional da ABGD, senhores Carlos Cunha e Carlos Evangelista, pelo apoio na condução de mais um encontro mensal do Fórum, que busca debater e desenvolver o setor energético goiano. Em pauta, a discussão sobre os impactos da Geração Distribuída (GD) para Goiás, além do compartilhamento de experiências legislativas que possam ser avançadas e aplicadas no âmbito estadual, observando o que vem acontecendo e sendo feito no cenário federal, tanto legislativo, quanto executivo. Lamentou a situação da capital, Goiânia, que para ele não vem desenvolvendo políticas de fomento, ficando na 40ª posição entre as cidades brasileiras no que se refere às Cidades Inteligentes. Em continuidade, o parlamentar passou a palavra ao mediador do encontro e representante regional da ABGD, Carlos Cunha. Este agradeceu a oportunidade de falar sobre o relevante tema da Geração Distribuída (GD), atividade que tem mostrado grande impacto socioeconômico. Citou que Goiás ocupa a sexta colocação entre os estados com relação à Geração Distribuída, estando, portanto, em uma considerável e importante posição. Para o Diretor Regional, temos um imenso potencial de ampliação deste sistema de geração de energia, que conta atualmente com mais de 11 mil usinas de GD instaladas em Goiás. Em seguida, convidou o Presidente da ABGD, Carlos Evangelista, para falar sobre o assunto a nível nacional. O Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) agradeceu ao Deputado Virmondes Cruvinel pelo convite da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e aproveitou o momento para falar sobre o *e-book* lançado pela ABGD em um webnário realizado no dia anterior com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Trata-se de um trabalho bastante elucidativo sobre Geração Distribuída, de conteúdo acessível a todas as pessoas, que abrange diversas fontes energéticas, como a solar, eólica, biomassa, biogás e Pequenas Centrais Hidráulicas (PCHs). Nele é apresentado a história do desenvolvimento da GD, tanto no Brasil, quanto no mundo, além de explicações e conceitos dessa modalidade, atendendo assim, um dos objetivos da ABGD, que é o de compartilhar conhecimento levando adiante toda informação a respeito de Geração Distribuída. Informou que essa publicação pode ser baixada no próprio site da Associação em conjunto com um outro trabalho realizado ano passado sobre os aspectos jurídicos e regulatórios da Geração Distribuída. Lembrou que coincidentemente



naquele momento estava sendo apresentado o novo marco regulatório do setor elétrico brasileiro, o novo Código Brasileiro de Energia Elétrica, no qual a ABGD participou ativamente no que se refere à Geração Distribuída. Carlos Evangelista espera que essa proposta, amplamente divulgada às Associações da área e discutida com a ANEEL, com o Ministério do Meio Ambiente (MME) e com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vire lei ainda neste ano. Entre os pontos relevantes, destacou: a preservação do direito adquirido àqueles que já têm sistemas de GD instalados dentro dos modos da Resolução 482/2012 da ANEEL, modificada pela Resolução 687 de 2015; a instauração de um processo de transição razoável e progressivo, com alterações para remuneração do fio, ou seja, da TUSD (Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição), possibilitando, desta maneira, a inserção de mais de 70 milhões de novos consumidores no sistema de compensação de energia devido à redução dos custos com o fim da taxa de disponibilidade, tornando a GD mais atrativa e acessível aos consumidores de baixa renda atinentes à baixa tensão. O próximo a falar foi o Diretor Regional da ABGD no Estado do Ceará, o engenheiro eletricitista Joaquim Rolim. Após os cumprimentos, iniciou sua apresentação intitulada: Geração Distribuída, *benchmarking*, desafios e propostas. Mostrou primeiramente um gráfico comparativo do índice percentual de penetração de energia fotovoltaica entre países, indicador definido pela relação entre a energia solar produzida e a energia total produzida em um país. Alguns, sem dúvida, já adotaram a energia solar como premissa para o uso de uma energia limpa e para o desenvolvimento econômico. Um dos principais representantes desta conduta é Honduras, com penetração de energia fotovoltaica de 14%, e a Alemanha, com quase 8%, percentual acima da média europeia e mundial, de 5% e 3%, respectivamente. O Brasil conta hoje com um índice de penetração de 0,9%, abaixo, portanto, da média mundial, apesar de todo o seu potencial energético solar. Com relação à produção per capita de energia solar, tem-se a Alemanha como referência, com mais de 450kWh consumidos por pessoa em um ano, enquanto o Brasil apresenta apenas 24,9kWh consumidos por pessoa em um ano. Seguiu a explanação expondo outros dados singulares dos Estados Unidos, Austrália e China. No âmbito municipal nacional, quanto à potência (kW) instalada por GD, revelou que Goiânia se encontra na quarta posição, atrás do Rio de Janeiro, no primeiro lugar, de Uberlândia e de Fortaleza. Já em termos de Watts per capita de GD, Goiânia cai para a sexta posição e Uberlândia sobe para a primeira posição. Com referência ao Estado de Goiás, reafirmou a quantidade de 11.571 unidades de GD, com um aumento substancial a partir de 2019, tornando um exemplo de *benchmarking* (análise estratégica das melhores práticas em um setor) a respeito de GD. No Brasil, o crescimento de empresas de GD também foi notório entre janeiro de 2019 e janeiro de 2020, passando de 6.000 para 12.500 empresas em um ano, criando mais de 100 mil empregos. No cenário estadual, destacou o Estado de Minas Gerais, que com a criação da Lei Estadual nº 22.549/2017 e do Decreto nº 47.231/2017 concedeu isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às geradoras de energia fotovoltaica com potência de até 5MW, tornando-se um verdadeiro

modelo para o país. No entanto, a posterior Lei Complementar Federal nº 160/2017 dificultou que os demais Estados seguissem o mesmo modelo adotado por Minas Gerais. Joaquim Rolim falou também sobre os desafios e propostas para a revisão da Resolução nº 482/2012 da ANEEL e encerrou sua participação agradecendo a oportunidade e parabenizando o deputado Virmondes Cruvinel e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás pela iniciativa. O mediador Carlos Cunha destacou que apesar de Goiás se encontrar na sexta posição entre os estados no que diz respeito à Geração Distribuída, Minas Gerais tem 4 vezes mais de GD do que Goiás, revelando como boas políticas públicas e legislações favoráveis podem influenciar e resultar em melhorias. Em seguida, convidou o Diretor Regional da ABGD do Rio de Janeiro, Pablo D'Ornellas, para falar sobre o recente projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, o representante regional da ABGD informou que foi preciso percorrer um longo caminho que teve como primeiro passo o trabalho de convalidar a possibilidade do consumidor de gerar a sua própria energia. Com a aprovação, em 2015, da Resolução 687 da ANEEL, que alterou a Resolução 482/2012, iniciou-se um esforço no âmbito estadual para propor um projeto de lei de isenção de ICMS aos contribuintes geradores de energia solar fotovoltaica, como fez o Estado de Minas Gerais. O projeto foi aprovado como Lei Estadual nº 8.922, de 30 de junho de 2020. Acrescentou que, para ter efeito concreto, essa lei precisa ainda ser convalidada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Encerrando, colocou-se à disposição para apoio no caminho de pleitear a isenção do ICMS também em Goiás, almejando sempre o desenvolvimento das energias renováveis. De volta à palavra, o condutor da reunião reforçou a necessidade de Goiás avançar na pauta das energias renováveis, lembrando que das 12 fontes registradas na ANEEL, participamos de 4: hídrica, solar, biogás e bagaço de cana. Em seguida, foi aberto espaço para perguntas e colocações finais. Ao final da reunião, um dos encaminhamentos foi o de solicitar, conjuntamente com os integrantes do Fórum, relatórios mensais à Enel Distribuidora, conteúdo dados e situações dos pedidos de conexão, para um melhor atendimento, acompanhamento e transparência. Outro encaminhamento refere-se ao novo Código Brasileiro de Energia Elétrica, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional. O deputado Virmondes Cruvinel comprometeu levar as considerações do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás à Câmara dos Deputados. Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás.



Dep. Estadual Virmondes Cruvinel
Presidente da CME